

DOSSIÊ
NOS DOMÍNIOS DO VERBO

In the Domain of Verbs

ENTRANDO NOS DOMÍNIOS DO VERBO

Into the Domain of Verbs

Teresa Cristina Wachowicz*

Renato Miguel Basso**

Maria José Foltran***

Os textos reunidos neste número temático da *Revista Letras* são fruto de um encontro realizado em Curitiba, na Universidade Federal do Paraná, em agosto de 2007, por iniciativa das professoras Maria José Foltran e Teresa Cristina Wachowicz. São textos redigidos por pesquisadores em semântica e sintaxe e também por alunos de pós-graduação com trabalhos originais, que servem como mostra do que estamos produzindo em termos de pesquisa nessas áreas. Como indica o título, o tema que une todos esses trabalhos é o verbo.

Contudo, para quem pesquisa em linguística, dizer que o tema central dos textos que compõem este dossiê é o verbo é dizer muito pouco, pois as pesquisas em linguística já estão muito desenvolvidas para nos contentarmos com termos tão gerais. E é interessante notar, como mostra a qualidade dos textos aqui reunidos, que esse desenvolvimento não é apenas feito lá fora, mas sim que a pesquisa feita no Brasil já dialoga de igual para igual com muito do que vem sendo feito nos Estados Unidos e na Europa. Esse é um dos motivos que levaram a esta publicação: mostrar aos próprios pesquisadores brasileiros a qualidade do que vem sendo feito aqui.

Nesta introdução, além de apresentarmos rapidamente os textos aqui reunidos, apresentaremos também alguns dos conceitos principais por

* UFPR.

** UFSC.

*** UFPR/CNPq.

eles mobilizados a partir de uma perspectiva histórica dos estudos tempo-aspectuais, relacionando a esses estudos algumas propriedades sintáticas do sintagma verbal. Nesse percurso, veremos o estudo da referência temporal e do aspecto verbal, inseridos no quadro da lógica temporal. A seguir, veremos os fenômenos relacionados à acionalidade¹, também no quadro da lógica temporal, para, finalmente, vermos o quadro da semântica de eventos.

1. ALGUMAS NOÇÕES DO DOMÍNIO TEMPO-ASPECTUAL E SUA HISTÓRIA

As teorias de tempo e aspecto ganharam, nas últimas décadas, uma amplitude de análise considerável. Os estudos da área não pressupõem bases teóricas homogêneas, tampouco finalidades coincidentes, o que, em si mesmo, configura muito mais uma riqueza produtiva de abordagens do que um problema de (falta de) homogeneidade.

O começo do século XX foi especialmente produtivo para os modelos lógico-matemáticos. Se a lógica clássica – nos rudimentos de um modelo de Cálculo Proposicional – esteve dominante nas reflexões filosóficas até o final do século XIX, a partir da virada do século os modelos lógicos começaram a explorar inúmeras outras alternativas de análise, sobretudo à luz das teorias de Frege, Russell e outros tantos filósofos analíticos: com Frege chega-se à formalização da quantificação, e com Russell à teoria das descrições. A filosofia analítica, pautada na lógica, foi uma importante fonte de ferramentas para as análises linguísticas, tanto do ponto de vista lógico, quanto do filosófico. É na esteira desses desenvolvimentos lógico-filosóficos que vemos o nascimento da lógica de intervalos de tempo ou lógica temporal, um importante instrumento para o estudo não só da referência temporal em línguas naturais, mas também para o estudo do aspecto.

Essas lógicas podem ser baseadas em pontos discretos ou em períodos contínuos de tempo, e uma abordagem pode inclusive complementar a outra (VAN BENTHEM, 1991[1983]). A teoria de intervalos está baseada em três elementos: indivíduos (os próprios períodos ou pontos, alocados por precedência, simultaneidade ou posterioridade, sendo as duas primeiras relações primitivas), relações (inclusão, sobreposição, disjunção, vizinhança, co-começo, co-final etc.) e operações, que derivam período de período (intersecção, união, complementaridade etc.). Além de pontos discretos

¹ Outros nomes correlatos a “classes aspectuais” são “acionalidade” (BERTINETTO, 1994, 2001) e *Aktionsart*, termo cunhado inicialmente por Agrell (1908, *apud* KLEIN, 2007[1994]), motivado pelos estudos de aspecto sobre línguas eslavas e germânicas, que concentram as leituras aspectuais no léxico.

ou intervalos de tempo, as teorias formais também podem associar esses elementos temporais a outras entidades, como os eventos, que por sua vez também se associam a indivíduos, papéis temáticos, espaços etc. Diante dessas possibilidades, que, talvez não por acaso, refletem de certa forma a cronologia das principais teorias tempo-aspectuais, optamos por apresentar tais teorias de acordo com os recortes históricos de representação desses modelos lógicos: as teorias de pontos ou intervalos temporais (seção 2), as teorias de aspecto lexical (seção 3) e as teorias de eventos (seção 4).

2. AS TEORIAS DE PONTOS OU INTERVALOS TEMPORAIS

A estrutura de tempo pontual teve um desdobramento especial no livro “Elements of Symbolic Logic” (1947), de Hans Reichenbach. Filiado à filosofia analítica e influenciado pelos modelos lógicos que previam pontos de referência em relação ao qual verdades se relativizariam, o autor postulou uma teoria que se revelou bastante interessante para análise dos tempos em língua natural. Essa teoria conta com três elementos, os momentos R, F e E: R é um momento de referência que, relacionado ao momento de fala F e ao momento de evento E, configura uma representação para sentenças temporalizadas. As sentenças (1a)-(4a) têm sua representação nos termos da teoria de Reichenbach em (1b)-(4b)²:

(1a) João está lendo o jornal.

(1b) E, R, F (lê-se ‘,’ como simultaneidade) = o tempo de “João ler o jornal” (E) dá-se concomitantemente ao tempo do proferimento de tal sentença (F) e a um tempo de referência (R).

(2a) Pedro reformou a casa.

(2b) $E, R - F$ (lê-se ‘-’ como anterioriedade) = o tempo de “Pedro reformar a casa” (E) e um tempo de referência (R) são anteriores ao tempo do proferimento dessa sentença (F).

(3a) Célio vai chegar tarde.

(3b) $F - E, R$ = o tempo de “Célio chegar” (E) e um tempo de referência (R) são posteriores ao tempo do proferimento dessa sentença (F).

² Reichenbach aplicou sua teoria ao inglês, e cabe notar que nem sempre as fórmulas propostas pelo autor encontram contraparte óbvia em sentenças do português. Tentamos, não obstante, ser o mais fiel possível à intuição por trás das fórmulas.

(4a) Leandro tinha encontrado a chave antes de ir embora.

(4b) $E - R - F$ = o tempo de “Leandro encontrar a chave” (E) é anterior ao tempo de referência de “Leandro ir embora” (R) e ambos são anteriores ao tempo do proferimento dessa sentença (F).

O sistema temporal reichenbachiano influenciou diversos trabalhos em linguística: Smith (1978) é uma detalhada investigação sobre as expressões linguísticas do inglês e sobre a tradução de advérbios, preposições, flexões, auxiliares aos momentos F, E, R. Contudo, muitos autores manifestaram certa preocupação com a interpretação do momento R: em sentenças como (1a), (2a) e (3a) não seria ele redundante ou simplesmente desnecessário? Há várias propostas para contornar esse problema. Segundo Smith, por exemplo, o tempo de referência é uma combinação entre flexão e advérbios temporais. De uma forma ou de outra, havendo um momento R, é consenso que o tempo do evento (E) só se dá na dependência de R (cf. HORNSTEIN, 1990).

De outra parte, estudos posteriores também questionam o raciocínio reichenbachiano. Bertinetto (1982), por exemplo, postula a existência de um momento L de localização temporal cujo correlato linguístico são os advérbios temporais; por sua vez, o momento R é mobilizado apenas para tempos que levam em conta certos auxiliares e o pretérito mais-que-perfeito. Nessa nova perspectiva, as sentenças acima recebem as seguintes interpretações:

(1a) João está lendo o jornal (agora).

(1c) E, L, F = o tempo de “João ler o jornal” (E) dá-se concomitantemente ao tempo do proferimento de tal sentença (F) (mais precisamente “agora” (L)).

(2a) Pedro reformou a casa (ano passado).

(2c) $E, L - F$ = o tempo de “Pedro reformar a casa” (E) e um tempo de referência (R) é anterior ao tempo do proferimento dessa sentença (F) (mais precisamente “no ano passado” (L)).

(3a) Célio vai chegar tarde (amanhã).

(3c) $F - E, L$ = o tempo de “Célio chegar” (E) e um tempo de referência (R) é posterior ao tempo do proferimento dessa sentença (F) (mais precisamente “amanhã” (L)).

(4a) Leandro tinha encontrado a chave antes de ir embora (ontem).

(4b) $E, L - R - F$ = o tempo de “Leandro encontrar a chave” (E) é anterior ao tempo de referência de “Leandro ir embora” (R) e ambos são anteriores ao tempo do proferimento dessa sentença (F) (mais precisamente “ontem” (L)).

Klein (2007) [1994], por sua vez, dispara críticas mais severas ao lógico alemão. Segundo ele, Reichenbach teria apresentado um sistema temporal já conhecido na literatura: Paul (1886) e Jelliek (1914) (*apud* KLEIN, 2007[1994]) já teriam esboçado a necessidade de um momento de referência para a leitura temporal de sentenças de língua natural. Além disso, Klein postula que R é necessário para qualquer interpretação temporal e aspectual, nomeando um “tempo tópico” (*topic time* TT) para dar conta da instanciamento do evento E e da relação aspectual, que está entre E e T.

Um exemplo de análise que leva em conta esse arcabouço de noções temporais pode ser visto, neste número temático, no trabalho de **Karina V. Molsing**, “Reflexões Teóricas sobre o Passado Composto”. A autora parte das características elencadas em Ilari (2001) para o Passado Composto do português e busca aferir abordagens do presente perfeito e sua estrutura de Tempo, Aspecto e Acionalidade, com o intuito de dar uma análise unificada para o fato de tal tempo verbal poder veicular leituras de iteração e duração. Com esse objetivo em mente, a autora investiga se há uma operação capaz de desambiguar as duas leituras, ao mesmo tempo em que avalia o papel da acionalidade e de advérbios. Diante de afirmações que preconizam o presente perfeito, como estrutura temporal, para alguns, e aspectual, Molsing investiga mais de perto a teoria XN (Agora Estendida), de Iatridou *et al.* (2003), que se volta para a propriedade principal dessa forma verbal: representar um intervalo passado que inclui o momento da fala. Priorizando o aspecto, observa que essas leituras do presente perfeito podem ser tratadas como Universal e Existencial. As diferentes leituras decorrem do significado básico do intervalo de tempo combinado com outros elementos, como perspectiva gramatical, acionalidade e advérbios. Os Perfeitos Universais são os que incluem os pontos terminais, enquanto os Perfeitos Existenciais não incluem a fronteira direita, ou o momento da fala. Dentro dessa perspectiva, Molsing avalia o Passado Composto do Português e conclui que, embora a teoria PTS (espaço temporal do perfeito) consiga descrever as leituras diferentes apresentadas pelo Passado Composto, não é capaz de fornecer uma explicação sobre a leitura que não apresenta, a saber, a de anterioridade. Sem esse poder explicativo, a análise do Passado Composto permanece ainda superficial. As observações e análises do trabalho de Molsing são excelentes pistas para futuras pesquisas, que devem se concentrar na origem da leitura de iteração, muitas vezes obrigatória, para poder implementar as ideias de Ilari (2001) de maneira rigorosa.

Retomando a teoria de tempo de Reichenbach, observa-se que, apesar de sua elegância, ela não tem meios aparentemente simples para diferenciar sentenças como:

(2a) Pedro reformou a casa.

(5) Pedro reformava/estava reformando a casa.

Para ambas as sentenças, a formalização oferecida por Reichenbach é (2b). Certamente poderíamos explorar mais a interação de R com os outros momentos, e convencionar, por exemplo, que (2a) é representado como (2b), E, R – F, e que (5) como E – F, R, ou *vice-versa*; o ponto aqui é que se trata de uma convenção e não há motivação empírica clara para tanto, a não ser que estejamos convictos (ou cientes) sobre o que seja o momento R. Contudo, o problema colocado por (2a) e (5) é mais complexo: do ponto de vista do tempo em que ocorre a reforma da casa, não há razão para dizer que há diferença: afinal, ambas as reformas são anteriores ao tempo de fala (F). É fundamental ter em mente que questões ligadas à referência temporal são questões ligadas à dêixis³, dado que levam intrinsecamente em conta o tempo de (F), e a diferença entre (2a) e (5) não parece ter relação com o tempo de fala (F). Ao contrastar (2a) e (5), adentramos no domínio dos fenômenos aspectuais, cuja principal diferença em relação à referência temporal é que não se trata de dêixis.

É possível, entretanto, pensar em solucionar o contraste entre (2a) e (5) com o uso de uma teoria de inspiração reichenbachiana mais sofisticada. Um exemplo desse tipo de saída é o trabalho de Johnson (1981): se o tempo deriva da relação F – R, o aspecto está na relação E – R; o próximo passo é pensar em outras operações além de simultaneidade ('.') e anterioridade ('-'), como a de inclusão própria ('⊂') e imprópria ('⊆'). Assim sendo, a sentença (2a) pode ser entendida como uma relação de inclusão imprópria (2d), e a sentença (5) como uma relação de inclusão própria (5a):

(2d) $E \subseteq R - F$

(5a) $E \subset R - F$

Quais seriam as intuições por trás da inclusão própria representar o nosso pretérito imperfeito, e a imprópria o perfeito? Tenta-se aqui capturar a maneira pela qual podemos vislumbrar o desenvolvimento de E – mas é importante lembrar que não estamos mais no terreno da dêixis; a dêixis fica contida nas operações '.', e '-'. *Grosso modo*, a ideia é de que E, quando se trata do

³ Itens dêiticos são aqueles que só podem ser compreendidas se soubermos certas informações contextuais. Por exemplo, dizemos que a palavra 'eu' é um dêitico porque só sabemos a quem ela se refere se soubermos quem a empregou (está empregando); do mesmo modo, palavras como 'aqui' e 'agora' só podem ser interpretadas se soubermos o local e o momento em que foram pronunciadas, respectivamente; o mesmo vale para apontamentos seguidos de 'isso' ou 'esse'. Um raciocínio semelhante vale para o momento F: é apenas quando sabemos F que podemos dizer se um evento é passado ou futuro (em relação a F). É por isso que a referência temporal é da esfera da dêixis.

pretérito perfeito, está todo contido em um dado R, e quando se trata do pretérito imperfeito, E pode ser maior (i.e., pode ultrapassar) R. Logo, o que se percebe é que as diversas relações entre os pontos reichenbachianos oferecem alternativas para a tradução do tempo e aspecto em línguas naturais.

Partindo agora para uma representação temporal baseada em intervalos de tempo, uma série de propriedades pode ser capturada pela ideia de que formas verbais como o pretérito perfeito e o imperfeito estão por relações entre intervalos de tempo. Entre essas propriedades está a ordenação temporal entre dois intervalos que estão completamente contidos em seus momentos de referência: numa tal situação, *ceteris paribus*, temos sempre a interpretação de que o tempo primeiramente veiculado é anterior ao que é veiculado posteriormente; dizemos que há um isomorfismo entre a apresentação dos verbos e sua ocorrência, como ilustrado pela sentença abaixo:

(6) João escorregou na casca de banana, caiu, bateu a cabeça e foi pro hospital.

Sabemos que o intervalo de ‘escorregar na casca de banana’ é anterior ‘cair’, que por sua vez é anterior a ‘bater a cabeça’, e assim sucessivamente.

Contudo, há certos fenômenos que desafiam a análise feita até aqui. Tomemos as sentenças abaixo:

(7) João atravessou a rua. => João chegou ao outro lado.

(8) João estava atravessando a rua \neq João chegou ao outro lado.

(9) João estava correndo => João correu.

Em condições normais, se alguém diz que João atravessou a rua, podemos concluir que ele chegou do outro lado; contudo, se alguém diz que João estava atravessando a rua, não podemos chegar à conclusão de que ele alcançou o outro lado: pode muito bem ser o caso que ele tinha desistido de atravessar ou que tenha sido atropelado por um caminhão. Por outro lado, se alguém afirma que João estava correndo, podemos concluir que ele correu: ora, para alguém estar correndo, é preciso que ele corra. É nessas linhas que se apresenta o famoso paradoxo do imperfectivo, conforme batizado por Dowty (1979).

Dentre os trabalhos aqui reunidos, há dois que tratam de outro paradoxo: o “paradoxo do perfectivo”. Esse paradoxo ocorre quando um evento télico é veiculado perfectivamente, porém o *telos* desse evento não é necessariamente alcançado. As sentenças abaixo ilustram essa situação:

(10) João leu o livro, mas ainda não terminou.

(11) João construiu a casa até acabar o dinheiro da poupança.

(12) João comeu um sanduíche, mas não tudo.

Segundo a grande maioria das teorias tempo-aspectuais, as sentenças de (10) a (12) deveriam ser todas contradições: ora, a primeira parte delas ('João leu o livro', 'João construiu a casa', 'João comeu um sanduíche') deveria acarretar o alcance do *telos* e o evento deveria estar completo (o livro deveria estar todo lido, a casa pronta e o sanduíche todo comido), e, assim sendo, deveria ser impossível negar que o *telos* não foi alcançado e o evento estar incompleto, como as continuções as sentenças de (10) a (12) mostram ('mas ainda não terminou', 'até acabar o dinheiro da poupança', 'mas não tudo').

Ao lidar com esse problema, **Teresa Cristina Wachowicz**, no artigo *Término, léxico e quantificação*, mostra que o “paradoxo do perfectivo” ocorre em diversas línguas e que ele já foi alvo de alguns estudos. A autora salienta na sequência que não é todo evento télico que pode engendrar o paradoxo, como atestam as sentenças:

(13) ? O veterinário enjaulou o filhote, mas não acabou de enjaular ele.

Depois de avaliar algumas propostas presentes na literatura sobre quais seriam as restrições em jogo para a formação do paradoxo, Wachowicz argumenta pela gradualidade, e advoga então que o “paradoxo do perfectivo” pode ocorrer apenas quando eventos télicos graduais.

Apoiando-se no trabalho de Tenny (1994), Wachowicz explora outras restrições que os dados do português brasileiro apresentam, como inergatividade, mudança de estado e cardinalidade do objeto direto. Com o texto de Wachowicz, chegamos aos ingredientes que compõe o “paradoxo do perfectivo”.

O texto de **Roberta Pires de Oliveira e Renato Basso**, *O Paradoxo do Perfectivo: uma Proposta Semântico/Pragmática*, por sua vez, propõe um tratamento semântico-pragmático ao paradoxo do perfectivo, que leva em conta implicaturas conversacionais generalizadas. Entre as sentenças (14) e (15), por exemplo, a relação não pode ser de acarretamento lógico, pois se fosse, a sentença (16) seria uma contradição:

(14) João leu seu livro.

(15) João leu seu livro todo/inteiro.

(16) João leu seu livro, mas não terminou.

Em sentenças de mesma estrutura, mas com verbos de atividade ou *achievement*, essas relações não acontecem:

(17) ? João passeou no parque, mas não chegou até o fim.

(18) ? João ganhou a corrida, mas não chegou até o fim.

Na crítica às teorias semânticas, Pires de Oliveira e Basso recuperam diferentes vertentes do tratamento aspectual para a conceituação de perfectividade: Klein (1994), por exemplo, seguindo a tradição reichenbachiana da representação por pontos temporais, diferencia o aspecto perfectivo do imperfectivo através da relação entre o intervalo de tempo do evento e do tempo de referência. O perfectivo tem o tempo de evento contido ou igual ao tempo de referência ($\tau(e) \subseteq t$), ao passo que o imperfectivo tem o tempo de referência contido no tempo de evento ($t \subseteq \tau(e)$). Ora, o problema aqui é que nada é dito sobre a telicidade do evento, que é o que distingue comportamentos díspares entre (16) e (17), por exemplo. Seguindo a dissociação proposta por Bertinetto (2001), os autores propõem que telicidade e perfectividade sejam duas noções distintas e por isso precisam de tratamentos diferentes.

Num outro extremo de trato aspectual, Higginbotham (2000) defende uma estrutura complexa para eventos télicos como os *accomplishments* e *achievements*: eles são compostos por um processo e um ponto télico. O problema é que o processo dos *achievements* não é sustentado pelo léxico verbal, o que torna uma sentença como (17) impossível. Já o processo de um *accomplishment* permite uma sentença como (14).

Pires de Oliveira e Basso argumentam que a perfectividade indica apenas que um dado evento cessou; pode ter cessado porque atingiu o seu *telos* ou simplesmente porque parou. Resultado: para resolver a possibilidade de interpretação, lança-se mão de caminhos pragmáticos, via implicatura conversacional. A Máxima da Quantidade, de Grice (1982 [1967]), cuja segunda parte é reelaborada por Levinson (2000) como implicatura-I, reza: amplifique o conteúdo informacional do proferimento do falante encontrando a interpretação mais específica. Assim, se o que é implicado é maior do que o que é dito, um ouvinte, ao ouvir uma estrutura perfectiva de *accomplishment*, chega até a interpretação de alcance do *telos*.

Tanto o paradoxo do perfectivo quanto o paradoxo do imperfectivo lançam mão da intuição que dá base às teorias de intervalos temporais: as sentenças se traduzem por relações ou operações sobre intervalos de tempo denotados por elas. O paradoxo do perfectivo recebe tratamentos alternativos nos textos de Wachowicz e Pires de Oliveira e Basso presentes neste número; apesar de suas diferenças, os fenômenos investigados nesses dois textos deixam claro que é necessário considerar diferentes tipos de eventos, eles devem ser subdivididos em categorias ou classes em função de permitirem ou não, por exemplo, certas inferências. Muitos linguistas apostam que as diferenças que permitem classificar os eventos podem ser encontradas já no léxico, e assim, usam o termo aspecto lexical; outros apostam em relações entre léxico e estrutura sintática e usam então acionalidade para nomear o fenômeno presente no contraste entre as estruturas em (19a) e (19b).

(19) a. 'João estava correndo' acarreta que 'João correu'.

b. João estava desenhando um círculo não acarreta que 'João desenhou o círculo'.

3. AS TEORIAS DE ASPECTO LEXICAL

A grande referência aqui passa a ser o trabalho do filósofo húngaro Zeno Vendler, "Linguistics in Philosophy" (1967). No capítulo 4 desse livro ("Verbs and times"), o autor analisa os "verbos" sob a perspectiva dos "esquemas temporais" que eles denotam. Assim, ele reinaugura a tradição aristotélica das classes *kinesis* (movimentos) e *energeia* (atualidades), também recuperada por Kenny (1963) e Ryle (1949) (*apud* VENDLER, 1967), e, diferentemente dos autores anteriores, postula quatro classes verbais, que Dowty (1979) chamará de "classes aspectuais": estados (20), atividade (21), *accomplishments* (22) e *achievements* (23):

(20) João tem um brinco/ ama Maria/ odeia sanduíche.

(21) João corre/ caminha/ nada/ empurra um carrinho.

(22) João pintou um quadro/ fez uma cadeira/ construiu uma casa.

(23) João atingiu o topo/ ganhou a corrida/ identificou algo.

Ao falar nessas classes, falamos em "acionalidade", definida como "the particular way in which that verb presupposes and involves the notion of time" (VENDLER, 1967, p. 97).

Dowty (1979), motivado pela preocupação lexicalista da semântica gerativa, introduziu na linguística a (agora) conhecida análise de classes de verbos de Vendler (1967), segundo o esquema temporal neles pressuposto, em um tratamento lexical. O autor reveste a análise vendleriana de detalhamento linguístico e a molda à arquitetura linguística de aplicação de testes e exemplificação. Dessa forma, Dowty sedimenta uma corrente de estudos linguísticos que ficou conhecida como teoria das classes aspectuais ou classes acionais.

Contudo, como seu trabalho pretende chegar à semântica de modelos para tratar de intervalos de tempo, ele vai além da exemplificação. Se as classes vendlerianas pressupõem esquemas temporais como informação lexical do verbo, isso pode ser traduzido para o raciocínio de uma lógica temporal. Leia-se: operações sobre intervalos e mundos possíveis. Assim sendo, ainda no interior de uma lógica temporal, Dowty propõe a tradução das classes acionais para operadores sobre sentenças – a saída é tornar

mais sofisticado o instrumental em mãos. Se α é uma variável de indivíduo (João) e π é uma variável de predicado ('ser alto', 'pintar algo', 'agredir alguém'...), os estados podem ser traduzidos via fórmulas como $\pi(\alpha)$, em (24); as atividades lançam mão do operador DO, que pressupõe um sujeito agente, e temos assim a fórmula DO (α , $\pi(\alpha)$), em (25); os *achievements* recebem o operador BECOME, que pressupõe uma mudança de estado, e têm como forma esquemática BECOME ($\pi(\alpha)$) (26); e os *accomplishments* combinam esses operadores através do operador CAUSE, que pressupõe um processo causador de mudança de estado, na fórmula $[[DO(\alpha, \pi(\alpha))] CAUSE [BECOME (\pi(\alpha))]]$ (27)⁴:

(24) João é alto: $\pi(\alpha)$

(25) João corre: DO(α , $\pi(\alpha)$)

(26) João morreu: BECOME($\pi(\alpha)$)

(27) João pintou o quadro: $[[DO(\alpha, \pi(\alpha))] CAUSE [BECOME(\pi(\alpha))]]$

A ideia de operações sobre indivíduos e sentenças significa, na tradução semântica, operações sobre intervalos e mundos possíveis, o que Dowty fará na continuidade de seu texto. A proposta de Dowty deu inúmeros frutos, como, por exemplo, Krifka (1992, 1998), Zucchi (1999), Rothstein (2004), entre muitos outros, ecoando em todos os trabalhos posteriores.

Ao lidar com fenômenos relacionados à acionalidade, além das inferências disparadas pelo progressivo, certos modificadores e adjuntos temporais funcionam como verdadeiras ferramentas de testes: através da compatibilidade com certos adjuntos, pode-se afirmar que um dado evento pertence a uma dada classe acional. Assim, os próprios adjuntos e modificadores temporais merecem um estudo aprofundado. Nesta coletânea, **Basso e Pires de Oliveira** discutem essa questão em detalhes no texto “‘em X tempo’ e ‘por X tempo’ no domínio tempo-aspectual”. Os autores abordam o comportamento semântico dos advérbios ‘em X tempo’ e ‘por X tempo’. A ideia central é que tais adjuntos não atuam como selecionadores de eventos, como prediz a tradição da literatura em aspecto, mas antes impõe determinados esquemas temporais aos eventos em que atuam. No desdobramento da tradição de Vendler (1967) e Dowty (1979), Rothstein (2004) faz eco ao conjunto de restrições seletoriais que os advérbios do inglês ‘in X time’ e ‘for X time’ demonstram no inglês. Aqui, ‘in X time’ aplica-se apenas a eventos télicos, o que Rothstein redefine como eventos heterogêneos ou atômicos,

⁴ As fórmulas de Dowty sofrem aqui uma simplificação, pois o objetivo desta introdução não é cair em detalhamento técnico, mas mostrar a intuição por trás das opções representacionais. É bom lembrar que a semântica empregada por Dowty leva em conta mundos possíveis e intensionalidade.

enquanto ‘for X time’ aplica-se a eventos atélcos, redefinidos como homogêneos. Os autores nomeiam essa tradição da literatura como concepção homo-heterogênea (CHH) dos advérbios em questão.

No entanto, há interpretações possíveis em combinações alternativas, como em (28), em que ‘em X tempo’ modifica um evento atélco, e em (29), em que ‘por X tempo’ modifica um evento télco:

(28) João correu em uma hora.

(29) João leu o livro por uma hora.

Os autores propõem então que sejam reconsiderados conceitos básicos dessas leituras alternativas – tais como telicidade e aspecto –, e sejam efetivamente levantadas as combinações possíveis entre as classes aspectuais, as flexões do perfectivo e do imperfectivo e a atuação dos advérbios. Em PB, todas essas combinatórias parecem aceitáveis e semanticamente licenciadas se forem considerados contextos e regras de implicatura conversacional.

Chamamos também a atenção para dois trabalhos que discutem a relação entre aspecto e sintaxe: Patrícia de Araújo Rodrigues e Heloísa Salles. O artigo de **Patrícia de Araújo Rodrigues**, *A Complementação Gerundiva e a Interpretação dos Verbos de Percepção*, trata da relação entre a estrutura sintática e a leitura temporal-aspectual de sentenças gerundivas complemento de verbos de percepção, como em (30):

(30) Maria vê seu filho estudando.

Na condição de verbo de percepção, ‘ver’ aqui admite dois contextos de interpretação: um concreto e outro imaginativo. No significado concreto, o verbo denota um contato direto entre o experienciador e o que é percebido, no caso em que Maria efetivamente vê a cena do filho estudando; já no significado imaginativo, a percepção está situada na imaginação do experienciador, no caso em que Maria deseja ou imagina seu filho estudando, sem a visualização da cena.

Rodrigues defende a hipótese de que essa interpretação semântica está determinada pela estrutura sintática. Ou seja, o verbo de percepção representa uma entrada lexical subespecificada, e é o seu complemento oracional que “traz precisão a sua significação”. No trato sintático, os complementos gerundivos, na percepção concreta, formam um AspP; na imaginativa, formam um TP temporalmente ativo e uma projeção suplementar acima de TP para dar conta de um elemento tópico.

O argumento central dessa proposta reside no fato de que a estrutura concreta, com AspP, é temporalmente dependente da sentença matriz, enquanto que na estrutura imaginativa, com TP, o tempo da encaixada é

temporalmente independente da matriz. A sentença (31), por exemplo, fica incompatível, na leitura concreta:

(31) Maria vê hoje seu filho estudando amanhã. (*concreta/ OK imaginativa)

Outra forte evidência, entre outras, para essa distinção estrutural é o comportamento da negação desses complementos como indicativo da presença ou ausência de TP na oração complemento. A negação, nesse sentido, só ocorre com TP, em estruturas imaginativas:

(32) Maria vê seu filho não respondendo à questão do professor. (*concreta/ OK imaginativa)

Em *O Aspecto e a Alternância Dativa*, **Heloísa Salles** propõe que a semântica do aspecto, especialmente na leitura de telicidade, tem relação direta com o fenômeno da alternância dativa – notadamente no inglês. Esse tipo de alternância pode ser vista nas sentenças (33) e (34), nomeadas respectivamente de *dativo-Preposicional* (dativo-P) e *Construção de Objeto Duplo* (COD):

(33) Mary gave a book to John.

(34) Mary gave John a book.

Há estreita relação com outras alternâncias, como a de interpretação benefactiva ('Mary baked a cake for John' / 'Mary baked John a cake') ou a de interpretação locativa ('John loaded hay in the truck' / 'John loaded the truck with hay'). No caso da dativa, há na literatura a hipótese já sedimentada de que a restrição semântica que a rege é a de 'transferência de posse' e de 'animacidade'. Isso justifica a restrição às sentenças em (35) e (36):

(35)? Mary brought the table the flowers.

(36)? John pushed Mary the box.

Há línguas, como o português brasileiro, em que a alternância dativa ganha restrições:

(37)? Maria deu João um livro.

Recortando uma análise mais teórica, Salles atém-se ao inglês e propõe o enfoque sintático. Na discussão sobre a natureza da configuração argumental do verbo, a autora assume a opção de tratar os papéis argumentais do predicado como definidos configuracionalmente, em termos de propriedade

do evento, em detrimento de uma resposta lexicalista, em que o verbo da alternância teria mais de uma entrada lexical, dados os diferentes mapeamentos sintáticos dos argumentos.

Se há propriedades do evento, há uma estrutura que projeta um argumento relevante, que, aqui, seguindo Tenny (1994), tem natureza aspectual. O argumento relevante da alternância dativa é o que contribui para a telicidade do evento. A estrutura do evento determina então a estrutura funcional, em que são projetados núcleos funcionais responsáveis pela configuração.

Seguindo a proposta de Keyser (1993), em que núcleos sintáticos da configuração relevante determinam diferentes formas da interpretação aspectual, a alternância em (38) e (39) são variantes das projeções de V e P, respectivamente, pois são núcleos télicos:

(38) Mary ... [_{VP} v_{give} [_{VP} V_{give} [_{PP} [_{DP1} a book] [_{P'} to [_{DP2} John]]]]]

(39) ... Mary ... [_{VP} v_{give} [_{VP} V_{give} [_{PP} [_{DP2} John] [_{P'} P_Ø [_{DP1} a book]]]]]

Salles sugere investigações futuras aplicando esse tipo de tratamento em outras alternâncias, como as esboçadas acima.

O que percebemos de consensual nos trabalhos que se utilizam dessas teorias de aspecto é o fato de lançarem mão da noção de eventos; e é para tal noção que nos voltamos agora.

4. AS TEORIAS DE EVENTOS

À mesma época de Vendler, um trabalho igualmente inaugural, para a perspectiva linguística, é o texto “The Logical Form of Action Sentences”, do filósofo Donald Davidson, de 1967. O que Davidson faz nesse texto é, nada mais nada menos, do que “dar vida” a um outro tipo de entidade, os eventos. Assim, propõe o autor, além dos objetos comuns que nos rodeiam, devemos contar também com os eventos, com as coisas que acontecem. Para Davidson não há diferença relevante entre uma explosão e uma cadeira: ambos são objetos no mundo. Obviamente, o autor estava também preocupado com a denotação de verbos flexionados, e sua preocupação centrava-se na busca de uma solução para o famoso problema da n-adicidade variável das sentenças de ação. Com a postulação dos eventos, Davidson diz não só que encontrou a tal almejada solução, como também uma que apelava para uma intuição básica e que faz jus a certos padrões linguísticos. Vejamos tudo isso detalhadamente abaixo.

Tomemos o problema da n-adicidade variável de sentenças de ação, que pode ser ilustrado pelas sentenças abaixo, cuja formalização é dada em termos de cálculo de predicado:

(40a) João passou manteiga no pão com a faca de manhã.

(40b) PASSAR(João,manteiga,pão,faca,manhã).

(41a) João passou manteiga no pão de manhã.

(41b) PASSAR(João,manteiga,pão,manhã).

(42a) João passou manteiga no pão.

(42b) PASSAR(João,manteiga,pão).

Intuitivamente, sabemos que se (40a) é o caso (i.e., é verdadeira), então necessariamente o é (41a) e (42a); ou seja, não é possível que João tenha passado manteiga no pão com a faca de manhã e ao mesmo tempo João **não** ter passado manteiga no pão de manhã. Nesse mesmo sentido, se (41a) é o caso, então o é (42a), mas não (40a): pode ser o caso que João tenha passado manteiga no pão de manhã, mas não que João tenha passado manteiga no pão com **a faca** de manhã – ele pode ter usado uma espátula. Por sua vez, se (42a) é verdadeira, não temos garantia nem (41a) nem que (40a) também o são.

Contudo, com a formalização oferecida para as sentenças acima, não há como capturar tal intuição, pela simples razão de que predicados com um número diferente de argumentos (sua n-adicidade) são predicados distintos – apesar de usarmos PASSAR nos exemplos acima, não há como indicar logicamente que o PASSAR de (40a), que tem 5 argumentos, tem alguma relação com o PASSAR de (41a), que tem 4 argumentos, e assim não capturamos a intuição de que se (40a) é verdadeira, (41a) também é.

A única maneira é lançar mão dos chamados postulados de significação, uma saída *ad hoc*, que funcionariam caso-a-caso da seguinte maneira: para estabelecer que o predicado da sentença (40a), PASSAR que tem 5 argumentos (indicado, por exemplo, por “PASSAR5”), e o predicado da sentença (41a), PASSAR que tem 4 argumentos (“PASSAR4”), é preciso uma regra do tipo “toda vez que PASSAR5 é o caso, então também o é PASSAR4”. Se quiséssemos indicar que se (40a) é o caso, (42a) também é, precisaríamos de mais uma regra. Contudo, nossa intuição sobre as relações entre (40a) e (42a) parece ser outra: sabemos que há algo mais profundo nessa relação do que simples postulados de significação que assertam por algum tipo de imposição as relações descritas.

Davidson postula também uma forma lógica para as sentenças do conjunto acima que incorpora a ideia de que verbos flexionados denotam eventos. A formalização sugerida por Davidson envolve uma quantificação existencial sobre eventos ($\exists e$) e um argumento a mais para os verbos de

ação, preenchido justamente pelos eventos (Passar (joão, manteiga, pão, e)). Assim, as sentenças acima são então representadas como abaixo; respeitamos a sugestão de Davidson e usamos 'x' como variável para eventos:

(40c) $\exists x$ (Passar (joão, manteiga, pão, x) \wedge Instrumento (x, a faca) \wedge De (x, manhã))

(41c) $\exists x$ (Passar (joão, manteiga, pão, x) \wedge De (x, manhã))

(42c) $\exists x$ (Passar (joão, manteiga, pão, x))

O acarretamento pode ser explicitado através de um raciocínio do tipo $a \wedge b : a$ (se a e b são verdadeiros, então a é verdadeiro). Assim, se (40c) é o caso, também o é (41c) e (42c).

Apesar de o texto de Davidson datar de 1967, sua entrada para a linguística aconteceu no final dos anos 70 e começo dos anos 80, notadamente com os trabalhos de Emmon Bach (1986) e James Higginbotham (1983). Contudo, podemos dizer que toda a “força” da proposta davidsoniana foi de fato apreciada com o trabalho de Terence Parsons, “Events in the Semantics of English”, de 1991. Com esse trabalho, Parsons oferece uma outra forma lógica às sentenças de ação que, a um só tempo, preserva a proposta de Davidson e incorpora uma “inovação” linguística: os papéis temáticos. Essa nova forma lógica hoje é conhecida como neodavidsoniana, e exemplificada abaixo com as sentenças (40d)-(42d):

(40d) $\exists e$ (Passar (e) \wedge Agente (e, João) \wedge Tema (e, a manteiga) \wedge Alvo (e, pão) \wedge Instrumento (e, a faca) \wedge De (e, manhã))

(41d) $\exists e$ (Passar (e) \wedge Agente (e, João) \wedge Tema (e, a manteiga) \wedge Alvo (e, pão) \wedge De (e, manhã))

(42d) $\exists e$ (Passar (e) \wedge Agente (e, João) \wedge Tema (e, a manteiga) \wedge Alvo (e, pão))

Os últimos parágrafos trataram de fenômenos muito próximos aos que encontramos no domínio dos nomes, o que pode parecer estranho quando lembramos que estamos falando dos verbos. Contudo, a aproximação entre os nomes e os verbos é, de certa forma, o que está por trás da intuição davidsoniana, e se pudermos falar dos nomes e dos verbos da mesma maneira através da noção de eventos, estamos reforçando essa intuição.

A importância do papel do argumento evento, para além de análises que envolvem diretamente o “domínio tempo-aspectual”, fica bastante evidenciado pelo texto de **Maria José Foltran**, *A alternância entre adjetivos e advérbios como modificadores de indivíduos e de eventos*. A autora se propõe a analisar construções como:

- (43) Elas falam *claro*.
 (44) Essas mulheres trabalham *duro*.
 (45) As crianças comeram *escondido*.

As formas em *itálico*, apesar de superficialmente corresponderem à forma masculina de um adjetivo, têm interpretação adverbial e algumas características de advérbios, como a ausência de concordância. Como a própria autora reconhece, “por falta de um termo melhor”, os termos em *itálico* são chamados de “adjetivos adverbiais”.

Foltran deixa claro que há questões ainda a serem abordadas sobre os adjetivos adverbiais que, entre outras coisas, implicam modificar os limites entre adjetivos e advérbios, por um lado, e por outro repensar as relações entre os membros da classe dos advérbios, ao compararmos os adjetivos adverbiais com advérbios terminados em *-mente*.

A ideia de um argumento evento é interessante aqui, pois possibilita entender os advérbios como sendo predicados de eventos. Assim sendo, podemos ter, como regra geral, que adjetivos modificam indivíduos e advérbios eventos. Ora, diante de tal quadro a existência de adjetivos adverbiais é ao menos estranha: por que um membro da classe dos adjetivos desempenharia o papel de um advérbio? Há alguma sobreposição entre as classes? Há alguma redundância na estrutura da língua?

Foltran responde negativamente a essas questões, argumentando que adjetivos e advérbios são da classe [+N +V] e que podem ser orientados ora para eventos ora para indivíduos. Resta então saber como acontece a orientação dos membros da classe [+N +V], e a autora explora algumas possibilidades de resposta, endossando a proposta de Geuder (2002). Foltran ainda explora similaridades entre os adjetivos adverbiais e construções resultativas das línguas germânicas, apontando certos paralelos sintáticos. Com o trabalho de Foltran, a investigação dos domínios do verbo fica enriquecida com uma análise cuidadosa de predicados de eventos e da estrutura semântico-sintática desses predicados.

Ainda na perspectiva de modificação sobre eventos, Márcio Renato Guimarães, em seu artigo *Advérbios de Quantidade, Classes Verbais e Quantificação*, foca o interesse agora na quantificação sobre eventos. Partindo da clássica distinção entre quantificadores A (*A-quantifiers*) e quantificadores D (*D-quantifiers*), de Partee (1995), correspondendo à quantificação adverbial (sobre o VP) e à quantificação de determinante (sobre o NP), Guimarães apresenta uma vasta descrição do comportamento dos advérbios de quantidade, tanto comparativos, como *mais*, *menos* e *tanto* quanto os de julgamento de valor, como *muito*, *pouco*, *demais*, *bastante*. Em alguns contextos sintáticos, eles se comportam como advérbios de frequência e, portanto, aspectuais;

mas em outros contextos eles ocupam, inclusive, posições argumentais. No entanto, mesmo no multifacetado comportamento sintático, essas expressões são “ou sinônimas, ou representam nuances especiais dessas expressões prototípicas – sobretudo de *muito*”. Com esse panorama como subsídio, Guimarães programa tratamentos teóricos futuros que expliquem a polivalência dessa categoria de quantificadores de eventos.

Voltamos a algo que dissemos acima, a referência temporal é fenômeno eminentemente dêitico, e leva em conta o momento de fala (F); é a partir desse momento que localizamos o momento do evento (E). No quadro de uma semântica de eventos, basta pensar em localizar (temporalmente) o evento em questão num momento de tempo que seja anterior ao momento de fala. Parsons (1991, p. 213) oferece a seguinte possibilidade:

(46) Caim matou Abel.

(46a) $(\exists I) [I < \text{agora} \wedge (\exists t) [t \in I \wedge (\exists e) [(Matar(e) \wedge \text{Agente}(e, \text{Caim}) \wedge \text{Tema}(e, \text{Abel}) \wedge \text{Cul}(e, t))]]]$

Basicamente, o que a fórmula em (46a) diz é: existe um intervalo de tempo I ($\exists I$), que é passado, ou seja, que é antes de agora ($I < \text{agora}$); existe um momento de tempo t ($\exists t$), que está contido em I ($t \in I$); existe um evento de Caim matar Abel e esse evento termina/ocorre/culmina no tempo t ($\text{Cul}(e, t)$).

A intuição por trás de (46a) é a mesma que vimos acima, a principal diferença está no predicado *Cul*. Criado originalmente por Parsons, esse predicado significa “culminar” e tem por função, ao lado do predicado *Hold* (acontecer), dar conta de problemas de aspecto e acionalidade. Para Parsons, muito *grosso modo*, usar o nosso pretérito perfeito equivale a dizer que o evento denotado é alvo de *Cul*, ou seja, está culminado. Por sua vez, o uso do nosso pretérito imperfeito ou da perífrase gerundiva equivale a dizer que o evento denotado apresenta a propriedade *Hold*⁵.

De todo modo, o que nos interessa salientar aqui é que, com a adoção dos eventos, boa parte dos fenômenos que envolvem o verbo e sua grade temática (seus argumentos) pode ser entendida de maneira unificada, através de predicções sobre a entidade evento. Incorporados em diversas e variadas propostas sintático-semânticas, os eventos não só dão conta de problemas antigos como também abriram linhas de pesquisa antes impensáveis, e, para efeitos do progresso da ciência e, particularmente, para o entendimento da linguagem natural, trata-se de um ganho inestimável.

⁵ Uma solução interessante para o problema das classes acionais numa semântica de eventos é oferecida por Rothstein (2004, p. 35), que reescreve a proposta de Dowty, vista logo acima, em termos de eventos.

Com o que vimos rapidamente nestas páginas, podemos dizer que há três momentos na história dos estudos em tempo e aspecto: 1) as teorias de intervalos de tempo; 2) as teorias de aspecto lexical; 3) as teorias de eventos. Com forte motivação filosófica, as três vertentes não se excluem; muito pelo contrário, complementam-se na tentativa de aproximar preocupações linguísticas e filosóficas.

Nenhum estudo dos domínios do verbo estaria completo sem uma investigação sobre os argumentos de um verbo, ou sobre os participantes de um evento, ou ainda sobre papéis temáticos associados a determinados verbos e eventos que eles denotam. O texto de Márcia Cançado, *Verbal Alternations in Brazilian Portuguese*, é exatamente esse tipo de investigação. A autora aborda um tipo de alternância verbal bastante frequente no português brasileiro, que é [SNi V [SN P SNj]] e [SNj V SN], e pode ser exemplificada pelas construções abaixo:

- (48) a. [O cabeleireiro_{SNi} cortou_V [o cabelo_{SN} de_P João_{SNj}]].
 b. [João_{SNj} cortou_V o cabelo_{SN}].
- (49) a. [Alguém_{SNi} furou_V [o pneu_{SN} d_P o carro_{SNj}]].
 b. [O carro_{SNij} furou_V o pneu_{SNi}].

À primeira das construções a autora dá o nome de alternância agente-beneficiário, e à segunda, alternância ergativo-cindida. Conforme argumenta Cançado, apesar de superficialmente semelhantes, há importantes diferenças semântico-estruturais entre (48a-b) e (49a-b), e essas diferenças, ainda segundo a autora, devem-se aos diferentes papéis temáticos envolvidos nas construções.

Depois de apresentar cada uma das alternâncias em detalhe, investigando as restrições e especificidades de cada uma delas, Cançado apresenta uma proposta sobre o condicionamento de uma e outra alternância, que envolvem considerações sintáticas, semânticas e pragmáticas. Como conclusão, a autora afirma que a alternância agente-beneficiário ocorre se (i) a forma de base [SNi V [SN P SNj]] tiver como estrutura temática {desencadeador/controle, afetado}, se (ii) a estrutura com alternância [SN SP SNj] tiver como estrutura temática {posse, possuidor}, e se (iii) pragmaticamente pudermos inferir que SNj tem algum controle no desencadeamento do processo. Por sua vez, a alternância ergativo-cindida será o caso se (i) a forma de base [SNi V [SN P SNj]] tiver como estrutura temática {desencadeador/(controle), afetado}, e se (ii) a estrutura complexa [SN P SNj] tiver como estrutura temática {posse inalienável, possuidor}. A autora conclui então que apenas a alternância agente-beneficiário depende de alguma inferência pragmática.

Para mostrar que essas teorias podem ter interlocuções com outros modelos teóricos ou podem ter vertentes teóricas diferentes, temos aqui os trabalhos de Roberlei Bertucci e Alessandro Boechat de Medeiros.

Roberlei Bertucci, em *Proposta de análise para o auxiliar 'chegar' em PB*, investiga o papel do verbo 'chegar' na perífrase 'chegar a' + infinitivo. Mostra que esse verbo se comporta claramente como um auxiliar, mas sem poder ser atrelado especificamente ao valor de tempo e modo e mesmo aspecto, como costuma acontecer com os auxiliares em geral. A partir daí, usando como subsídio teórico as escalas pragmáticas de Fauconnier (1975), desenvolve uma análise segundo a qual 'chegar' funciona como um operador de escala, selecionando um evento e marcando-o na base da escala. Podemos dizer que, sob esse ponto de vista, 'chegar' interfere na estruturação da escala, porque indica o ponto mais informativo, mas não na estruturação do evento em si.

Já Alessandro Boechat de Medeiros, no artigo *Aspecto e estrutura de evento em nominalizações do PB: revendo o caso das nominalizações em -ada*, utiliza o quadro teórico da Morfologia Distribuída para analisar as nominalizações em *-ada* que ocorrem em construções com o verbo leve (CVL) 'dar'. Na concepção da Morfologia Distribuída, os *itens de vocabulário*, expoentes fonológicos que realizam nós morfossintáticos/morfológicos, são subespecificados e inseridos tardiamente, após as operações sintáticas e morfológicas. Assim, a formação de palavras se distribui pelos diferentes módulos da gramática: na sintaxe, por meio de operações que combinam feixes de traços morfossintáticos e raízes; e nos componentes morfológico e fonológico, através de regras específicas, dependentes de contexto.

Ao longo do texto, Medeiros propõe uma alternativa aos trabalhos de Scher (SCHER, 2004, 2005), que analisam as mesmas nominalizações dentro do mesmo arcabouço teórico. Ao contrário de Scher, o autor defende (a) que as nominalizações em *-ada* não são formadas pela anexação do sufixo *-ada* a uma base verbal: são, antes, nominalizações de formas participiais de verbos; (b) que a interpretação "diminutivizada" (SCHER, 2005) ou atélica frequentemente atribuída a tais nominalizações não decorre da estrutura morfossintática da nominalização – ou seja, não é efeito de um morfema específico com essa função –, mas da interação desta estrutura com a CVL em que ocorre.

Através do agrupamento histórico de vertentes teóricas esboçado nesta introdução, acreditamos poder alocar os trabalhos brasileiros aqui publicados sobre questões de leitura verbal na tradição histórica ocidental. Longe de apenas reproduzir e/ou checar dados de outras línguas, esses trabalhos são forte evidência de que a linguística brasileira tem força des-

critiva e teórica para construir um campo científico produtivo de descrição do português brasileiro (PB).

REFERÊNCIAS

- BACH, Emmon. The algebra of events. *Linguistics and Philosophy*, n. 9, p. 5-16, 1986.
- BERTINETTO, Pier Marco. Intrinsic and extrinsic temporal reference. On restricting the notion of 'reference time'. *Journal of Italian Linguistics*, p. 41-78, 1982.
- _____. On a frequent misunderstanding in the temporal-aspectual domain: the 'perfective-telic confusion'. In: CECETTO, C. et al. *Semantic Interfaces: reference, anaphora and aspect*. Stanford: CSLI Publications, 2001.
- DAVIDSON, Donald. *Essays on actions and events*. Oxford: Clarendon Press, 1980 [1967].
- DOWTY, David. *Word meaning and montague grammar*. Dordrecht: Reidel, 1979.
- FAUCONNIER, G. Pragmatics scales and logical structure. *Linguistic Inquiry*, v. 6, n. 3, p. 353-375, 1975.
- GEUDER, Wilhelm. *Oriented Adverbs: issues in the lexical semantics of event adverbs*. Disponível em: <<http://w210.ub.uni-tuebingen.de/dbt/volltexte/2002/546/>>. Acesso em: 04/12/2008.
- GRICE, H. P. Lógica e conversação. *Fundamentos metodológicos da Linguística*. v. VI, Pragmática. Campinas: Edição do Autor, 1982 [1967]. p. 81-104.
- HIGGINBOTHAM, J. On events in linguistic semantics. In: HIGGINBOTHAM, J.; PLANESI, F.; VARZI, A. C. (Eds.). *Speaking of Events*. New York: Oxford University Press, 2000. p. 49-80.
- _____. The logic of perceptual reports: An extensional alternative to situation semantics. *Journal of Philosophy*, n. 80, p. 100-127, 1983.
- KEYSER, S. J. On argument structure and the lexical expression of syntactic relations. In: HALE, K.; KEYSER, K. (Orgs.). *The View from the Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge: MIT Press, 1993.
- HORNSTEIN, Norbert. *As time goes by: tense and universal grammar*. Cambridge: The MIT Press, 1990.
- IATRIDOU, Sabine; ANAGNOSTOPOULOU, Elena; IZVORSKI, Roumyana. Observations about the form and meaning of the Perfect. In: ALEXIADOU, A.; RATHERT, M.; VON STECHOW, A. (Eds.). *Perfect Explorations*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003. p. 153-205.
- ILARI, Rodolfo. Notas para uma semântica do passado composto em português. *Revista Letras*, n. 55, p. 129-152, 2001.
- JOHNSON, Marion R. A unified temporal theory of tense and aspect. In: TEDESCHI, P.; ZAENEN, A. (Eds.). *Syntax and Semantics*, New York, London, Toronto, Sydney, San Francisco, v. 14, p. 145-175, 1981.
- KLEIN, Wolfgang. *Time in Language*. London: Routledge, 2007 [1994].
- KRIFKA, Manfred. Thematic relations as links between nominal reference and temporal constitution. In: SAG, I. A.; SZABOLCSI, A. (Eds.). *Lexical matters*. Stanford: CSLI, n. 24, 1992. p. 29-53.
- _____. The origins of telicity. In: ROTHSTEIN, S. (Ed.). *Events and grammar*. Dordrecht: Kluwer, 1998.

LEVINSON, S. *Presumptive Meanings*. The Theory of Generalized Conversational Implicature. Cambridge: MIT Press, 2000.

PARSONS, Terence. *Events in semantics of English*: a study in subatomic semantics. Cambridge: The MIT Press, 1991.

PARTEE, Barbara H. Many quantifiers. In: _____. *Compositionality in formal semantics*. Oxford: Blackwell, 2004.

REICHENBACH, Hans. *Elements of Symbolic Logic*. Londres: MacMillan, 1947.

ROTHSTEIN, Susan. *Structuring events*: a study in the semantics of lexical aspect. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

SCHER, Ana Paula. Nominalizações em *-ada* em construções com o verbo leve *dar* em português brasileiro. *Revista Letras de Hoje*, Porto Alegre, 2005.

_____. *As construções com o verbo leve dar e nominalizações em -ada no português do Brasil*. Tese (Doutorado em Linguística) - IEL, UNICAMP, Campinas, 2004.

SMITH, Carlota S. The syntax and interpretation of temporal expression in English. *Linguistics and Philosophy*, n. 2, p. 43-99, 1978.

TENNY, Carol. *Aspectual roles and the syntax-semantics interface*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1994.

VAN BENTHEM, Johan. *The logic of time*. 2. ed. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1991 [1983].

VENDLER, Zeno. *Linguistics in philosophy*. Ithaca: Cornell University Press, 1967.

ZUCCHI, Sandro. Aspect shift. In: ROTHSTEIN, S. (Ed.). *Events and grammar*. Dordrecht: Kluwer, 1998.